

SAYAD, J. Crédito rural no Brasil; avaliação das críticas e das propostas da reforma. São Paulo, Pioneira, 1984. 125p. (Estudos econômicos FIFE).

Identificado por alguns autores como o eixo do processo de modernização conservadora iniciado a partir de 1967, o Programa Nacional de Crédito Rural tem sido acusado, a partir de meados da década de 70, de ter efeito pouco significativo sobre o crescimento da produção e da produtividade do setor agrícola, de que a concessão do crédito a taxas de juros sensivelmente menores que a taxa de inflação

Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 2(3):435-445, set./dez. 1985

representa ônus muito grande para as autoridades monetárias e que os efeitos do Programa sobre a distribuição de renda foram perversos, sendo a maior parte dos subsídios e recursos disponíveis apropriados pelos agricultores com propriedades e rendas maiores.

Considerando a existência de vários estudos que mostram os efeitos do Programa de Crédito Rural sobre a produção, sobre o crescimento da produtividade de fatores, sobre a tecnologia etc., o autor opta por analisar em que medida o Programa consegue aumentar os investimentos e a produção agrícola, e atingir os pequenos produtores rurais.

A escolha desta perspectiva de análise decorre da evidência de os saldos de crédito rural terem crescido proporcionalmente mais que a produção agrícola. A partir dessa evidência, Sayad levanta a hipótese de que o Programa não consegue atingir seus objetivos devido às possibilidades de substituição que existem entre o capital do Governo (saldos de crédito rural) e recursos próprios, particularmente após o desenvolvimento do mercado financeiro.

Dado que essas possibilidades de substituição dependem das características dos tomadores, a distribuição do crédito rural entre tomadores de características diferentes assume papel fundamental neste estudo.

A obra está assim organizada: Parte I, capítulos de 1 a 6, e Parte II. O capítulo 1 apresenta um comentário sobre os objetivos gerais do Programa de Crédito Rural no Brasil e delinea o plano geral da obra, desenvolvido nos capítulos seguintes.

O capítulo 2 contém um modelo teórico desenvolvido pelo autor para analisar as possibilidades de substituição entre crédito rural subsidiado e outras formas de financiamento da produção. A partir desse modelo, é deduzida uma fórmula de eficácia do crédito rural. Contém, também, uma apreciação da influência dos diversos mecanismos de distribuição de crédito sobre a eficácia do Programa, bem como os possíveis efeitos da inflação sobre essa eficácia.

No capítulo 3, o autor analisa a distribuição e utilização do crédito entre as diferentes categorias de agricultores de uma amostra de 1.686 fazendas, assim como o nível de eficácia entre os tomadores de características diferentes.

O capítulo 4 discute os efeitos da elevação das taxas inflacionárias sobre o montante de recursos de crédito rural aplicados no setor agrícola e os efeitos das alterações do tamanho médio dos contratos sobre a eficácia do Programa.

Muito se tem discutido sobre a racionalidade básica que orientou a gestação e aplicação do Sistema de Crédito Rural, principalmente como mecanismo de compensação pelas perdas decorrentes da atuação de políticas econômicas globais. O capítulo 5 confronta justamente o montante de subsídios, via crédito, alocados no setor, com as perdas de renda decorrentes da ação de algumas políticas globais.

Aborda, também, os custos e benefícios do Programa, bem como os custos de outras formas de intervenção do Governo.

O capítulo 6 resume os principais resultados da pesquisa e discute algumas estratégias de correção dos mais importantes problemas identificados; e a Parte II da obra, finalmente, apresenta as principais críticas levantadas ao Programa, e discute algumas propostas de reforma, enfatizando, especialmente, as reformas em andamento.

A originalidade dada pelo autor ao tema, aliada ao primor didático de exposição, faz desta pesquisa uma obra útil e atraente, a qual recomendamos como indispensável aos profissionais de economia e estudiosos dos mecanismos de intervenção governamental no setor privado.

Amairte Benevenuto
EMBRAPA/DDT